



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

# **EDITAL DE LICITAÇÃO**

## **PREGÃO ELETRÔNICO 90019/2025**

NÚMERO DO PROCESSO SEI Nº 25.0.000004769-7

### **OBJETO:**

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO, CAPACITAÇÃO, PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PESSOAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO DE DESIGNER GRÁFICO PLENO, VIDEOMAKERS/EDITORES DE MÍDIA AUDIOVISUAL E CRIADOR DE CONTEÚDO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, OBRIGAÇÕES E DEMAIS REQUISITOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

**CONTRATANTE UASG: 925158.**

**VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 74.074,64 (Setenta e quatro mil e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).**

**DATA SESSÃO PÚBLICA: 03/06/2026 – 10:30h (Horário de Brasília).**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO.**



Brasília – DF, MAIO de 2026.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

# **PREGÃO ELETRÔNICO 90019/2025**

**NÚMERO DO PROCESSO - SEI Nº 25.0.000004769-7**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA** por meio do **Setor de Compras, Contratos e Licitações (SECOL|COLIC)** e do **Pregoeiro** e equipe de apoio, designada pela Portaria 027/2024, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO MENSAL**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, preferência **ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO SE APLICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

**1.1** O presente edital tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, COMPREENDENDO AS ATIVIDADES DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO, CAPACITAÇÃO, PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PESSOAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO DE DESIGNER GRÁFICO PLENO, VIDEOMAKER/EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL E CRIADOR DE CONTEÚDO**, conforme as especificações técnicas, condições de execução, obrigações e demais requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

1.3 A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Projeto Básico.

## 2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

**2.1. DIA: 03 de junho de 2026**

**HORÁRIO: 10H30 (horário de Brasília/DF)**

**Local/End. Eletrônico:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**CÓDIGO UASG: 925158**

2.2. O **edital** poderá também ser obtido por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail [colic@portalmedico.org.br](mailto:colic@portalmedico.org.br), por correspondência endereçada ao Sr(a). Pregoeiro (a) para o endereço – SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL, Brasília-DF CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 3445.5900.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratada, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

3.5.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. Em observância ao disposto no art. 60, §2º, da Lei nº 14.133/2021, e considerando a natureza técnica e integrada dos serviços objeto desta licitação, fica justificada a não aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, não sendo cabível a reserva de participação exclusiva nem o fracionamento do objeto.

3.12. A decisão fundamenta-se na inviabilidade técnica e operacional de fracionamento da contratação, tendo em vista que os serviços de Designer Gráfico, Videomaker/Editor de Mídia Audiovisual e Criador de Conteúdo são interdependentes, complementares e de execução integrada, exigindo padronização



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

estética, uniformidade institucional e gestão unificada dos produtos de comunicação do Conselho Federal de Medicina (CFM).

3.13. Dessa forma, a licitação é aberta à ampla participação de empresas que atendam integralmente às condições técnicas e operacionais previstas, assegurando-se a competitividade e o cumprimento dos princípios da isonomia, eficiência e economicidade, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e dos arts. 5º e 60 da Lei nº 14.133/2021.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico através do sítio Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) que é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133, de 2021, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros constantes no Projeto Básico.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- 4.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.8.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento pelo ; e



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

4.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.13. As licitantes deverão elaborar suas propostas, com observância das seguintes condições (esse subitem tem como referência à elaboração da proposta final, que será enviada com a convocação prévia do pregoeiro e após a fase de lances):

- a. Redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. Indicar endereço, e-mail e telefone de contato, bem como fazer menção ao número deste Pregão, ao dia e a hora da realização de sua sessão pública;
- c. Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia útil imediatamente posterior ao indicado no preâmbulo deste Edital;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- d. **ATENÇÃO:** Consignar o **MENOR PREÇO MENSAL**, observando a **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**, constante do Anexo II do Edital, ficando estabelecido que na hipótese de divergência entre um e outro, o(a) Pregoeiro(a) adotará os unitários para fins de apuração do real valor da proposta;
- e. Incluir no preço ofertado todos os custos decorrentes da contratação, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à perfeita execução, na forma prevista neste Edital.
- f. Categorias profissionais do quadro de pessoal exigido para o serviço:
- ✓ Valor da remuneração, vigente da data de apresentação da proposta, fixada para a categoria profissional, os salários de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, Convenção Coletiva de Trabalho do sindicato dos Publicitários de Brasília, e a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Rádio e Televisão no DF, caso necessário.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**5.2.1 MENOR PREÇO MENSAL.**

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

5.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO MENSAL**, sendo que será considerado o menor preço global.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo de 1,00 (um real).**

6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.18.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2 Empresas brasileiras;

6.18.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 Contiver vícios insanáveis;

7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no T.R.;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

7.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no T.R..

## **8. FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1 Os documentos previstos no T.R., necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o T.R. exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8.3 A documentação indicada neste Capítulo poderá ser:

8.3.1 Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

8.3.1.1 A prova de certificação de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

8.3.1.2 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de certificação, salvo imposição legal;

8.3.1.3 É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

8.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.10 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.11 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do T.R. somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8.12.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.17 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8.18 Não serão aceitas quaisquer alegações posteriores de desconhecimento das condições dos locais em que serão prestados os serviços, para omissão de obrigações contratuais ou de exigências contidas neste Edital.

## 9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados obtido por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail [colic@portalmedico.org.br](mailto:colic@portalmedico.org.br), por correspondência endereçada ao Sr(a). Pregoeiro(a) para o endereço – SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL, Brasília-DF / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 34455900.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

10.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.6 Fraudar a licitação

10.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 Advertência;

10.2.2 Multa;

10.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 As peculiaridades do caso concreto

10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao contratante.

10.15 Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as penalidades previstas neste edital e no respectivo contrato serão aplicadas pela autoridade competente designada no âmbito do Conselho Federal de Medicina (CFM), observados o contraditório, a ampla defesa e o devido processo administrativo.

10.16 Para os fins desta licitação, fica designado como autoridade competente para aplicação das penalidades o Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), conforme disposto no Regimento Interno da Autarquia, que lhe atribui competência decisória para instaurar, conduzir e julgar processos administrativos sancionadores no âmbito do CFM.

10.17 A aplicação das penalidades observará o rito estabelecido na Lei nº 14.133/2021, assegurando à contratada o exercício pleno do direito de defesa,



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

bem como a possibilidade de interposição de recurso administrativo, nos prazos e condições definidos no edital e na legislação vigente.

## **11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail [colic@portalmedico.org.br](mailto:colic@portalmedico.org.br), por correspondência endereçada ao Sr. Pregoeiro para o endereço – SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 3445.5900.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12 DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

### **IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.**

12.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.1.3 Nos casos de anulação e REVOGAÇÃO, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12.1.4 O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**12.2 Da atuação do agente de contratação.**

**Agente de Atuação do CFM:**

**Sr. ANTONIO CÉSAR NEVES.**

12.2.1 Caberá ao agente de contratação, em especial:

12.2.1.1 Conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

12.2.2.1.1.1 Encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

**13 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE E VIGÊNCIA**

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses da data de assinatura do contrato, podendo sofrer prorrogações posteriores até o prazo máximo decenal previsto na Lei nº 14.133, de 2021, conforme artigos 106 e 107.

13.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do CFM, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

13.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**15 – DO REAJUSTE**

15.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e pelo endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail [colic@portalmedico.org.br](mailto:colic@portalmedico.org.br), por correspondência endereçada ao Sr(a). Pregoeiro (a) para o endereço – SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 34455900.

16.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**

**ANEXO II – 01 - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO e 02 - FORMULÁRIO DE DADOS PARA ASSINATURA DE EVENTUAL CONTRATO;**

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.**

16.12 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

16.13 A licitante vencedora assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação;

16.14 Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/21](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).





EDITAL CFM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

16.15 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CFM, não eximirá a licitante vencedora de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;

16.16 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

**Brasília–DF,        de        de 2026.**

Assinatura eletrônica)

**AUTORIDADE COMPETENTE**



EDITAL CFM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

# TERMO DE REFERÊNCIA

NÚMERO DO PROCESSO SEI Nº 25.0.000004769-7

**SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS  
PARA POSTOS DE TRABALHO DE  
DESIGNER GRÁFICO PLENO, EDITOR DE  
MÍDIA AUDIOVISUAL E CRIADOR DE  
CONTEÚDO.**

## Histórico de Revisões

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
04/09/2025	1.0	Documento base	Luciano Jr.
01/10/2025	2.0	Documento base	Sandro Guedes
07/11/2025	3.0	Documento base	Sandro Guedes
08/05/2026	4.0	Documento base	Sandro Guedes

Brasília-DF, MAIO de 2026.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

# TERMO DE REFERÊNCIA

(SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA POSTOS DE TRABALHO DE DESIGNER GRÁFICO PLENO, EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL E CRIADOR DE CONTEÚDO).

## 1 INFORMAÇÕES BÁSICAS:

**SEI CFM: 4769-7.**

O Conselho Federal de Medicina (CFM) é um órgão que possui atribuições constitucionais de fiscalização e normatização da prática médica. Criado em 1951, sua competência inicial reduzia-se ao registro profissional do médico e à aplicação de sanções do Código de Ética Médica.

Atualmente, o Conselho Federal de Medicina exerce um papel político muito importante na sociedade, atuando na defesa da saúde da população e dos interesses da classe médica. O órgão traz um belo histórico de luta em prol dos interesses da saúde e do bem-estar do povo brasileiro, sempre voltado para a adoção de políticas de saúde dignas e competentes, que alcancem a sociedade indiscriminadamente.

Da mesma forma, o país assiste o fortalecimento do papel do CFM nas áreas da educação e prevenção, bem como na esfera judicante. Para que medidas com repercussão importante no estímulo à boa prática médica, ao exercício profissional ético, à formação técnica e humanista dos médicos de qualidade e ao fortalecimento da assistência nos setores público e privado.

Considerando que conforme consignado no documento ID nº 2620247, o Plano de Cargos e Salários (PCS) do CFM não contempla os postos de trabalho com as competências técnicas ora demandadas e reconhece-se a viabilidade da contratação e o prosseguimento regular do certame licitatório, em conformidade com



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

a legislação vigente e com os princípios da eficiência, economicidade e legalidade administrativa.

As atividades descritas possuem natureza eminentemente acessória, instrumental e de apoio técnico-operacional, vinculadas à execução de projetos institucionais e de comunicação do Conselho Federal de Medicina (CFM), sem qualquer configuração de terceirização de atividade-fim.

As ações a serem desempenhadas destinam-se exclusivamente à produção de materiais gráficos, audiovisuais e digitais, com o propósito de suporte às atividades finalísticas do CFM, sem envolvimento direto ou subordinação hierárquica dos profissionais contratados com os servidores ou gestores do órgão.

Cabendo integralmente à empresa contratada a gestão de sua equipe, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

O presente instrumento visa a realização de Análise de viabilidade da contratação, bem como identificar o objetivo, objeto, a descrição detalhada dos serviços a serem executados, a forma de aquisição, o quantitativo necessário para a execução dos serviços, as condições da prestação do serviço, deveres das partes, o custo e o recurso disponível para a contratação e demais especificações.

Este documento visa estabelecer as condições necessárias para a contratação de empresa para a execução dos serviços, objetivando o atendimento de futuras demandas, conforme especificações, condições e prazos definidos neste Termo de Referência.



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**Prestação de SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO LABORATIVA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, INCLUINDO AS ATIVIDADES DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO, CAPACITAÇÃO, BEM COMO O DEVIDO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PESSOAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA POSTOS DE TRABALHO DE DESIGNER GRÁFICO PLENO, VIDEOMAKER/EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL E CRIADOR DE CONTEÚDO, conforme as características, condições, obrigações e requisitos técnicos contidos neste Termo de Referência.**

As atividades a serem realizadas englobam os postos de serviços de técnicos especializados na área de Comunicação Social, com fornecimento de mão de obra residente, para os postos de trabalho de Designer Gráfico, Editor de Mídia Audiovisual (videomaker) e Criador de conteúdo a serem prestados nas dependências do Conselho Federal de Medicina, discriminados conforme tabela abaixo:

POSTO DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFISSIONAIS	GESTÃO
DESIGNER GRÁFICO	2	COIMP
VIDEOMAKER/EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL OU CINEMATOGRAFICA	2	COIMP
CRIADOR DE CONTEÚDO	2	COIMP



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

A Contratada disponibilizará a mão-de-obra após o recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme a demanda do Contratante.

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

**Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.**

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

**O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.**

### **3 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: deve estar condicionado à data específica informada na assinatura do contrato.

As documentações emitidas pela CONTRATADA, quando for o caso, será encaminhada ao CONTRATANTE em formato eletrônico com certificação digital, que garanta a autenticidade, autoria, não repúdio e integridade do documento.

Local de prestação dos serviços - os serviços serão prestados no seguinte endereço: SGAS 616 Conj. D, Lote 115 Asa Sul Brasília-DF;

**Os serviços serão prestados nos seguintes horários:**

Diariamente, em dias úteis, das 08h às 20h, respeitando a carga horária e disposições previstas na CLT e/ou nos Instrumentos Coletivos de Trabalho (ACT, CCT ou dissídios) vigentes.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

A escala de trabalho desses profissionais estará compreendida entre 8h e 20h e será definida pelo fiscal técnico do contrato, de acordo com a necessidade, respeitando, sempre, a jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais.

Caso a jornada diária ultrapasse as 36hs semanais as horas excedentes serão pagas em regime de folga.

A escala de trabalho desses profissionais estará compreendida entre 8h e 20h e será definida pelo fiscal técnico do contrato, de acordo com a necessidade.

Em casos excepcionais, a interesse do contratante, os serviços das categorias poderão ser prestados de forma remota.

Os turnos e horários serão definidos de acordo com a conveniência administrativa do CONTRATANTE, desde que não exceda a carga horária de trabalho estabelecida na CLT e/ou nos Instrumentos Coletivos de Trabalho (ACT, CCT ou dissídios) vigentes, e que a CONTRATADA seja informada, no mínimo, com 48 horas de antecedência.

É vedado à CONTRATADA duplicar a carga horária de trabalho regulamentar dos seus empregados.

O CONTRATANTE, poderá solicitar a prestação de serviços em dias e horários extraordinários, sempre que julgar necessário, devendo comunicar antecipadamente à CONTRATADA.

Poderá haver compensação do excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro(s) dia(s), limitada a acumulação a 48 (quarenta e oito) horas por empregado, desde que haja anuência do CONTRATANTE.



#### CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Nos dias de feriados declarados em lei distrital e considerados pela CONTRATANTE como expediente normal, a CONTRATADA deverá considerar como horários normais para execução da jornada diária de trabalho, cabendo à CONTRATADA o pagamento aos seus empregados de auxílios ou remuneração especial que fizerem jus, devendo este custo está previsto na composição da planilha de preços e formação de custos da CONTRATADA.

#### **Prazo de vigência**

O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo sofrer prorrogações posteriores até o prazo máximo decenal, previsto na Lei nº 14.133, de 2021, conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.133/21.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **4 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Coordenação de Comunicação planeja, coordena, orienta e supervisiona as atividades de Comunicação do Conselho Federal de Medicina. Entre elas estão as campanhas publicitárias, o portal do CFM na internet, o jornalismo e o atendimento à imprensa, a cobertura fotográfica de eventos e as redes sociais. Além da divulgação de ações, projetos e atividades do CFM para o fortalecimento e a efetividade da atuação da Instituição, a Comunicação Social do Conselho Federal de Medicina é um canal de conexão com a classe médica, atendendo as demandas da sociedade com transparência e prestando contas ao cidadão.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Dada a abrangência das ações do CFM e da Coordenação de Comunicação, o grande volume e a complexidade das informações que precisam ser sistematizadas e divulgadas para diferentes perfis de público, são necessários diferentes serviços especializados de comunicação.**

**Objetivo a ser alcançado com a contratação**

**Apoiar tecnicamente a Coordenação de Imprensa do CFM na operacionalização de sua estratégia de comunicação interna e externa, incluindo atividades especializadas produção de conteúdo eletrônico e para mídias sociais, edição e produção de vídeos, elaboração e implementação de campanhas de comunicação institucional, produção de textos, reportagens, levantamentos, entre outras, com o objetivo de divulgar os temas de interesse do Conselho Federal de Medicina, promovendo a transparência e o acesso à informação.**

**Benefícios diretos e indiretos**

**A contratação tem como benefícios diretos a continuidade e o fortalecimento dos serviços de Comunicação Social, fundamentais para que o CFM cumpra suas atribuições institucionais. Também é por meio dos serviços de apoio técnico previstos nesta contratação que será possível oferecer produtos e serviços especializados de Comunicação para o cumprimento das metas institucionais e dos objetivos estratégicos do Conselho Federal de Medicina.**

**Como benefícios indiretos, espera-se a otimização dos recursos e a satisfação dos usuários com o atendimento.**

**Alinhamento Estratégico**

**A contratação pretendida está em conformidade com o Planejamento Estratégico do CFM 2025-2029 no que tange à comunicação.**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Da demanda pelos serviços**

O Conselho Federal de Medicina não possui atualmente, em seu quadro efetivo previsto no Plano de Cargos e Salários (PCS), uma equipe de mão-de-obra residente para os postos de trabalho elencados, sendo eles: *Designers Gráficos Pleno, Videomakers/Editores Audiovisuais e Criadores de Conteúdo*.

O crescimento da demanda para a COIMP de serviços, produção de conteúdo para vídeo, rádio, internet e redes sociais, bem como roteirização, captação e edição de vídeos, discursos, matérias, levantamentos, dentre outros, está sendo superior à capacidade técnica da equipe interna.

Visando ao cumprimento dos objetivos institucionais, a COIMP desenvolve serviços e produtos voltados ao público externo, instituições do Poder Público e entidades de classe e ao público interno do Conselho Federal de Medicina.

É importante destacar, ainda, que, em 2024, a COIMP, uniu os esforços estratégicos empregados nas contas sociais do Conselho Federal de Medicina resultarem em um notável engajamento e alcance de conteúdo. No *Facebook*, atingiu-se 2.397 milhão de pessoas, com 58 mil interações visualizações de vídeos e 90.609 mil engajamentos (curtidas, comentários e compartilhamentos) de publicações do CFM.

No *Instagram*, foram alcançadas 6.141 milhões de pessoas através de 717 postagens. O *Twitter* também foi uma plataforma de destaque, registrando 1.152 milhão de impressões para os materiais compartilhados, sendo que mais da metade desse alcance foi atribuída (colocar as matérias que deram destaques e outros canais). Já no *youtube*, o CFM aumentou sua exposição com a postagem de 90 vídeos e 72 transmissões ao vivo. No *Linkedin*, 4.927 reações nos seus 200 posts.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Isso significa que há uma curva crescente de entregas realizadas bem como uma demanda maior de serviços que estão muito acima da capacidade da unidade e dos recursos humanos disponíveis.**

**Por essa razão, vale ressaltar que o número de profissionais definidos no novo formato de contratação foi estabelecido a partir da mensuração da real carência em cada atividade. Todas essas demandas impactam diretamente no trabalho da COIMP.**

**A contratação é fundamental para garantir não só a boa execução das iniciativas de comunicação já previstas no plano de gestão anual, mas também para o atendimento às demandas que são incorporadas ao planejamento ao longo do ano.**

**Entre as atividades diretamente impactadas pela contratação também estão as campanhas internas e externas, a criação de identidades visuais, a elaboração de peças publicitárias, a diagramação de informativos, os vídeos institucionais, os registros fotográficos, a produção de texto, levantamentos, pesquisas, apresentações e a produção de conteúdo para as mídias tais como, *Instagram, Twitter, Facebook, YouTube* e site.**

**Atualmente, lotados na COIMP, há uma assessora em cargo de livre provimento como designer gráfico profissional e dois assessores em cargo de livre provimento como *videomakers*/editores de áudio e vídeo. Devido ao incremento da divulgação das atividades do CFM por meio das redes sociais, à natureza da demanda interna das unidades do COIMP bem como ao contexto externo em que se consome muito mais conteúdo em áudio, vídeo e texto, faz-se extremamente necessária a incorporação à equipe dos profissionais acima mencionados.**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Justificam-se as terceirizações por se tratar de serviços eminentemente acessórios e não ligados à atividade-fim do Conselho Federal de Medicina, nos termos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e do art. 6, inciso XVIII, da Lei nº 14.133/21. Os serviços em questão atendem à atividade de suporte para as quais inexiste a previsão de cargos específicos.**

**Da necessidade de serviços técnicos especializados residente de designer gráfico:**

**Atualmente, o profissional designer gráfico desempenha função imprescindível na COIMP. Em 2024, desenvolveu-se identidades visuais e criação de diversas peças de divulgação para os canais oficiais da autarquia, para os mais de 40 eventos realizados pelo CFM e no desenvolvimento de peças para as redes sociais e demais layouts para uso da autarquia (papelaria, diagramação de e-books, livros, diplomas, logos, banners, crachás, etc).**

**É importante destacar que, para cada trabalho mencionado, há uma série de etapas a serem realizadas, como reuniões, briefings, planejamento, criação, desdobramentos de ações e peças, arte-finalização das peças e tramitação de processos de autorização para produção das atividades demandadas.**

**Ressalta-se também que o CFM não realiza concurso público para selecionar designers gráficos, criadores de conteúdo ou videomaker/editor de áudio e vídeo. Os certames voltados à área de Comunicação Social exigem habilidades apenas para o cargo de jornalista, de forma que não há, no quadro, profissional com experiência e capacitação nas atividades citadas.**

**A contratação do serviço de designers gráficos tem como objetivo atender às demandas diárias de produção para todos os canais de comunicação do CFM, atividades externas e internas realizadas pelo corpo conselhal com materiais de apoio produzido na COIMP, que necessita do aumento da força de trabalho em até 02 (dois) postos, com o consequente crescimento da capacidade de**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**produção, organização e cumprimento de prazos pelo setor de comunicação digital do Conselho Federal de Medicina.**

**Da necessidade de serviços técnicos de apoio especializado residente de editor de mídia audiovisual/cinematográfica.**

Vídeo institucional é uma das ferramentas mais consagradas de comunicação, seja para apresentar a Instituição, divulgar seus produtos e serviços ou informar o público médico e a população sobre assuntos de interesse e realizados pela autarquia em questão. Além dessa divulgar, o vídeo contribui para o reconhecimento e a credibilidade institucional em relação ao seu público.

A demanda por peças de divulgação que utilizem recursos de áudio e vídeo cresceu exponencialmente desde que as redes sociais e os programas periódicos no canal do *YouTube*, como *videocasts*, começaram a ser incorporadas à estratégia de divulgação do CFM.

A COIMP, por sua vez, não dispõe, em seu de profissionais efetivos, perfil capacitado para captação e edição de vídeos de forma qualificada para fazer frente à crescente demanda por esse serviço no volume e na qualidade condizente ao CFM.

A intensificação de depoimentos e vídeos produzidos para as redes sociais com falas dos porta-vozes do CFM, dos eventos virtuais, é da crescente demanda por gravações e edições de vídeos (com o objetivo de corrigir alguma falha durante a transmissão do evento ou de torná-los um produto mais qualificado e acessível para ser consumido nos canais de comunicação do CFM), além de um enxoval específico de peças audiovisuais para a divulgação das iniciativas e a respectiva identidade visual, o que demanda a COIMP, que não possui atualmente estrutura adequada para tal atividade.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Em 2024 foram produzidos mais de 100 vídeos, sendo eles produzidos e distribuídos em todas as redes sociais inclusive em transmissões ao vivo. Uma inovação da nova gestão foi pautar a produção de vídeos para inclusão diária nos *stories* e *feeds*, o que demanda uma equipe mais arrojada no atendimento diário das atividades institucionais do CFM, sendo necessário, pelo menos, três postos de trabalho para esse perfil profissional.

Da necessidade de serviços técnicos de apoio especializado residente de criador de conteúdo

A Comunicação do CFM demanda hoje uma gama de habilidades profissionais que se somam às do jornalista, cargo para o qual há previsão no Plano de Cargos e Salários da autarquia. Um profissional de Comunicação Social é, no cenário comunicacional do CFM, o perfil adequado para desempenhar o cargo de criador de conteúdo, considerando os conhecimentos em redação, estratégia, produção de conteúdo para diferentes plataformas, levantamentos, consulta à base de dados, etc.

Esta posição envolve a produção, edição e supervisão da criação de materiais como posts, vídeos, textos, apresentações, discursos e outros formatos, com o objetivo de informar o público-alvo de cada ação.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

Deverão ser adotadas pela CONTRATADA as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, promoção à saúde e segurança.

Adotar boas práticas de otimização da utilização dos recursos e de redução de desperdícios, tais como treinamento/capacitação periódico(a) dos empregados sobre boas práticas voltadas ao consumo consciente, à redução de desperdício dos recursos naturais e à coleta seletiva, com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente.

### **Subcontratação**

**Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

### **Garantia da contratação**

A Contratada prestará garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do contrato devidamente assinado pelas partes, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual/global do Contrato, sob a forma de uma das modalidades admitidas pelo art. 96, § 2º, da Lei nº 14.133/21, devendo ser renovada anualmente, atualizada e complementada nos termos do § 2º do mesmo artigo.

A garantia deverá ser prestada com vigência de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

O Contratante fica autorizado a utilizar a garantia para assegurar o pagamento de:

- ✓ Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e/ou do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- ✓ Prejuízos causados à contratante, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada, ou de seu preposto, durante a execução do contrato;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- ✓ As multas punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- ✓ Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

Na hipótese de seguro-garantia ou fiança bancária não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas do artigo 96 da Lei 14.133/21.

O número do contrato garantido ou assegurado deverá constar do instrumento de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor ou segurador.

A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de até 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 5% (cinco por cento).

A Contratada se obriga a repor, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela Contratante.

Ao término do Contrato, a garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas, inclusive as verbas rescisórias, e satisfação de prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, na execução do objeto contratado.

Caso a Contratada não efetive o cumprimento das obrigações trabalhistas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento diretamente pela CONTRATANTE.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Vistoria**

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**6 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Local e horário da prestação dos serviços**

**Os serviços serão prestados no seguinte endereço: SGAS 616, Lote 115, Asa Sul DF, em Brasília/DF;**

**Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.**

**Rotinas a serem cumpridas**

**A execução contratual observará a seguinte rotina:**

A empresa CONTRATADA irá alocar postos nas dependências do Conselho Federal de Medicina ou em local a ser definido pela CONTRATANTE, em Brasília/DF, de postos de serviços de profissionais em designers gráficos plenos, editores de mídia audiovisual e criadores de conteúdo. Os profissionais contratados vão apoiar tecnicamente a COIMP do Conselho Federal de Medicina na operacionalização de sua estratégia de comunicação interna e externa, design em diversos formatos (para vídeo, publicações e peças gráficas, postagens para redes sociais, entre outros) e para campanhas institucionais e atividades de audiovisual para diversas mídias (televisão, rádio e internet), entre outras, de acordo com os produtos e os serviços de comunicação existentes e aqueles que venham a ser criados pelo CFM.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Descrição básica das atividades e dos requisitos:**

**6.1 DESIGN GRÁFICO**

**Atividades**

- Criação e execução de layouts e design para materiais impressos e eletrônicos e internet;
- Criação e execução de projetos gráficos impressos e eletrônicos;
- Criação de ilustrações, infográficos, vídeos para as redes sociais e animações para materiais diversos;
- Diagramação e editoração de materiais impressos em geral (livros, manuais, cartazes, dentre outros);
- Criação e execução de sistemas de identidades visuais, incluindo o desenvolvimento de marcas ou o redesign e seus respectivos manuais de aplicação;
- Projeto, criação e execução de trabalhos de comunicação visual ou editorial, tais como livros, catálogos, folders, folhetos, cartazes, cartões, identidade visual (logotipo), parte de papelaria (convites, cartazes, bloco de anotações, cartões de identificação, crachás) e vários outros objetos impressos e ativos digitais com finalidade de divulgação;
- Adequação de projetos gráficos a um sistema de comunicação efetivo e de qualidade visual, que valorize o objeto do trabalho e potencialize a ação almejada pelo cliente;
- Desenvolvimento de personagens, animações e outros elementos visuais impressos, digitais ou interativos;
- Acompanhamento da aplicação de identidades visuais;
- Pesquisa de referências e de materiais para subsidiar a criação de projetos gráficos;
- Arte-final e tratamento de imagens para saída final com alta qualidade em materiais impressos;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- Produção gráfica (acompanhamento de produção em gráfica, com envio de artes finalizadas, verificação de provas gráficas e recebimento de impressões);
- Diagramação e paginação de textos para preparação de cadernos de impressão;
- Seleção, escaneamento e tratamento de imagens para impressão;
- Importação e exportação de arquivos para impressão e para internet;
- Fechamento de arquivos para gráficas e bureaus de serviços;
- Gerenciamento de arquivos nos sistemas operacionais Windows;
- Realização de operações de navegação, pesquisa, seleção, impressão e download dos arquivos gráficos a partir da internet;
- Compilação, organização e arquivamento de textos e imagens para processamento em impressão offset e laser;
- Separações de cores, ajuste de DPI e fechamento de arquivos em TIFF, PDF e EPS;
- Formatação diagramação de textos utilizando os programas e InDesign e Illustrator;
- Criação e animação de peças gráficas e vídeos nos programas Illustrator, CorelDraw, Photoshop, InDesign, Adobe AfterEffects, Photoshop, Premiere, entre outros do Pacote Adobe;
- Manipulação de arquivos vetoriais;
- Gerenciamento, produção e edição de documentos gráficos para distribuição eletrônica utilizando Adobe Acrobat;
- Realização de atividades de pré-impressão e montagem de provas impressas (bonecas);
- Revisão de forma nos trabalhos diagramados;
- Atendimento, com diligência e cordialidade, de contatos telefônicos ou presenciais de autoridades, dirigentes, servidores, colegas e público externo



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

em geral, que efetuem demandas ligadas às atividades de unidade, com repasse direto ao responsável pelo assunto;

- Finalização de arte, tratamento de imagens (correções de cor, recortes, retoques e ajustes de resolução), preparação para impressão, conversão de arquivos para formatos adequados; aplicação de sangrias, marcas de corte, dobras e registro; verificação de fontes, para que sejam incorporadas ou convertidas em curvas; revisão técnica; organização de arquivos com gerenciamento de versões e backups de peças.
- Conhecimento sobre tipos de papel, acabamentos gráficos e processos de impressão (offset, digital, serigrafia etc.); e
- Desempenho de atividades correlatas.
- O rol de tarefas e de periodicidade listados nas atribuições dos serviços acima é apenas exemplificativo, podendo ser exigidas outras atividades não constantes nele, compatíveis com cada posto, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que eles atendam a contento a demanda pelos serviços da COIMP.

### **Requisitos**

Os profissionais devem ter concluído o 3º grau com graduação em Design Gráfico, graduação em Publicidade e Propaganda ou curso técnico de Design Gráfico, em ambos os casos com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação, e ter experiência comprovada de, pelo menos, 3 anos na área de designer gráfico, criação, edição audiovisual e afim;

Domínio das ferramentas padrão utilizadas em design (Photoshop, Illustrator, Corel Draw, Dream Weaver, InDesign, AfterAfects e Premiere);

Portfólio com, no mínimo, 10 peças para avaliação das habilidades em design gráfico. A empresa vencedora enviará à COIMP com currículos e portfólios dos profissionais adequados e disponíveis para realização do objeto desta licitação, conforme requisitos constantes acima.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Horário de realização dos serviços**

Dar-se em horário administrativo da CONTRATANTE, salvo se autorizado pela CONTRATANTE o uso de período alternativos. Horário do expediente: 8h às 18h.

Assegurar que os profissionais da CONTRATADA utilizem exclusivamente a língua portuguesa do Brasil para se comunicar e na produção da documentação técnica.

Salvo quando consentido excepcionalmente pelo Gestor do Contrato, não será permitida a presença de profissionais da CONTRATADA nas dependências do CFM fora dos horários estabelecidos para a execução dos serviços.

É dever da CONTRATADA controlar a jornada diária de trabalho de seus profissionais, conforme estabelecido em Lei.

Não haverá remuneração extra para demandas tratadas fora do horário de expediente da CONTRATANTE ou jornada de trabalho diária superior a oito horas por decisão única da CONTRATADA, sendo esta a única responsável pelo ônus decorrente dessa atividade, incluídas todas as obrigações trabalhistas relacionadas.

**6.2 EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL OU CINEMATOGRAFICA/VIDEOMAKER**

Atividades:

- Edição não linear de arquivos de vídeo;
- Edição de arquivos de áudio;
- Produção e reprodução em mídias eletrônicas;
- Elaboração, animação e inserção de vinhetas, vídeo grafismos em 2D de média e alta complexidade, animações gráficas 3D de baixa complexidade, efeitos especiais, legendas e artes em geral;
- Autoração de DVD;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- Elaboração de roteiro e storyboards para vídeos institucionais, vídeos informativos e outros produtos correlatos;
- Roteirização, edição e finalização de vídeos nos formatos adequados para cada plataforma seguindo as diretrizes institucionais; e
- Outros serviços correlatos.
- O rol de tarefas e de periodicidade listados nas atribuições dos serviços acima é apenas exemplificativo, podendo ser exigidas outras atividades não constantes nele, compatíveis com cada posto, em razão de necessidade e de adequação dos serviços, para que atendam a contento a demanda pelos serviços da COIMP.

**Requisitos**

- Nível superior com graduação em Cinema, com graduação em Jornalismo ou curso técnico de videomaker, também conhecido como produção audiovisual e cinematográfica, em ambos os casos com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação, e experiência profissional comprovada de, pelo menos, 3 anos na área de produção e edição audiovisual e cinematográfica;
- Experiência em produção de conteúdo audiovisual;
- Domínio dos processos de produção audiovisual, como: roteirização, gravação, captação de imagem em ambientes internos ou externos, criação e edição de vinhetas, animação gráfica, inserção de legendas e artes em geral, edição de áudio e vídeo e transmissões ao vivo;
- Domínio das ferramentas padrão utilizadas em edição de vídeo (Adobe Premiere, Adobe AfterEffects, Adobe Audition, Photoshop e Illustrator); e
- Experiência profissional: portfólio com, no mínimo, 10 peças para avaliação das habilidades em edição de vídeo. O portfólio poderá ser apresentado em Pen Drive,
- Página na Web ou em pasta na nuvem.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Horário de realização dos serviços**

Dar-se em horário administrativo da CONTRATANTE, salvo se autorizado pela CONTRATANTE o uso de período alternativos. Horário do expediente: 8h às 18h.

Assegurar que os profissionais da CONTRATADA utilizem exclusivamente a língua portuguesa do Brasil para se comunicar e na produção da documentação técnica.

Salvo quando consentido excepcionalmente pelo Gestor do Contrato, não será permitida a presença de profissionais da CONTRATADA nas dependências do CFM fora dos horários estabelecidos para a execução dos serviços.

É dever da CONTRATADA controlar a jornada diária de trabalho de seus profissionais, conforme estabelecido em Lei.

Não haverá remuneração extra para demandas tratadas fora do horário de expediente da CONTRATANTE ou jornada de trabalho diária superior a oito horas por decisão única da CONTRATADA, sendo esta a única responsável pelo ônus decorrente dessa atividade, incluídas todas as obrigações trabalhistas relacionadas.

**6.3 CRIADOR DE CONTEÚDO**

Atividades:

- Produção de conteúdo: escrever textos, discursos, criar vídeos, produzir imagens, desenvolver infográficos, apresentações, levantamentos e outros materiais relevantes de Comunicação;
- Planejamento e Estratégia: elaborar um plano de conteúdo, definir objetivos, público-alvo e formatos mais adequados para cada plataforma;
- Redação: habilidade de escrever de forma clara, concisa e persuasiva;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- Gestão de Conteúdo: organizar e programar publicações em diferentes plataformas, monitorar o desempenho e adaptar as estratégias conforme necessário;
- Análise de Dados: avaliar métricas de engajamento e analisar dados para identificar o que está funcionando e o que pode ser melhorado nas plataformas de publicação da autarquia. Analisar dados de bases públicas, bem como realizar busca ativa através da Lei de Acesso à informação;
- Criação de Conteúdo para Diferentes Formatos: adaptação do conteúdo para diversos formatos e plataformas, como blogs, mídias sociais, vídeos, podcasts, etc;
- Comunicação e Interação com o Público: resposta a comentários, interação com seguidores e promoção da marca/produto;
- Produção de Vídeos: conhecimento em edição de roteiros, vídeos, gravação e criação de scripts.

### **Requisitos**

Nível superior em Comunicação Social com diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e experiência profissional comprovada de, pelo menos, 3 anos na área. Experiência em produção de texto, levantamentos, conteúdo audiovisual de 2 anos. Domínio dos processos de produção audiovisual, como: roteirização, de 2 anos. Experiência profissional: 2 anos.

### **Horário de realização dos serviços**

Dar-se em horário administrativo da CONTRATANTE, salvo se autorizado pela CONTRATANTE o uso de período alternativos. Horário do expediente: 8h às 18h.

Assegurar que os profissionais da CONTRATADA utilizem exclusivamente a língua portuguesa do Brasil para se comunicar e na produção da documentação técnica.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Salvo quando consentido excepcionalmente pelo Gestor do Contrato, não será permitida a presença de profissionais da CONTRATADA nas dependências do CFM fora dos horários estabelecidos para a execução dos serviços.

É dever da CONTRATADA controlar a jornada diária de trabalho de seus profissionais, conforme estabelecido em Lei.

Não haverá remuneração extra para demandas tratadas fora do horário de expediente da CONTRATANTE ou jornada de trabalho diária superior a oito horas por decisão única da CONTRATADA, sendo esta a única responsável pelo ônus decorrente dessa atividade, incluídas todas as obrigações trabalhistas relacionadas.

**Especificação da garantia do serviço**

A Contratada prestará garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do contrato devidamente assinado pelas partes, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual/global do Contrato, sob a forma de uma das modalidades admitidas pelo art. 96, § 2º, da Lei nº 14.133/21, devendo ser renovada anualmente, atualizada e complementada nos termos do § 2º do mesmo artigo.

A garantia deverá ser prestada com vigência de 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

O Contratante fica autorizada a utilizar a garantia para assegurar o pagamento de: Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e/ou do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

Prejuízos causados à contratante, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada, ou de seu preposto, durante a execução do contrato;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

As multas punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.

Na hipótese de seguro-garantia ou fiança bancária não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nas alíneas do artigo 96 da Lei 14.133/21.

O número do contrato garantido ou assegurado deverá constar do instrumento de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor ou segurador.

A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de até 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 5% (cinco por cento)

A Contratada se obriga a repor, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela Contratante.

Ao término do Contrato, a garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas, inclusive as verbas rescisórias, e satisfação de prejuízos causados à Contratante ou a terceiros, na execução do objeto contratado.

Caso a Contratada não efetive o cumprimento das obrigações trabalhistas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento diretamente pela CONTRATANTE.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## **7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**Gestor do Contrato**

O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O Gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O Gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O Gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O Gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O Gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O Gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).**

**Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:**

não produziu os resultados acordados, deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou deixou de utilizar materiais e



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.**

### **Liquidação**

**Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.**

**O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**

**Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:**

- I) O prazo de validade;
- II) A data da emissão;
- III) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) O período respectivo de execução do contrato;
- V) O valor a pagar; e
- VI) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.**

**A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.**

**A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:**

Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. **Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.**

**Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.**

**Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.**

**Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.**

**Prazo de pagamento**

**O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.**

**No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.**

**Forma de pagamento**

**O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.**

**Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.**

**Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.**

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.**

**Reajuste**

**Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XX/XX/XXXX.**

**Após o interregno de um ano, mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.**

**No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).**

**Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).**

**Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.**

**Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.**

**O reajuste será realizado por apostilamento.**

## **9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**Qualificação Técnica**

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e/ou operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, exceto consórcio, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Termo de Referência e seus anexos, sendo vedada a participação de consórcios.

Todos os atestados devem ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Os atestados devem permitir a obtenção das seguintes informações:

- a) Indicação do CNPJ, razão social e endereço completo, telefone e e-mail da pessoa jurídica emissora do atestado;
- b) Informação do local e da data de expedição do atestado;
- c) Descrição da data de início e do término da prestação dos serviços referenciados no documento;

- ✓ Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências deste termo de referência.

## **10 DO PAGAMENTO**

### **Da retenção de Tributos**

#### TRIBUTOS FEDERAIS (IRPJ, PIS, COFINS E CSLL)

- ✓ Lei nº 9.430 27/12/1996, ARTIGO 64
- ✓ Lei nº 10.833 29/12/2003, ARTIGO 33, 34 E 35
- ✓ Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 11/01/2012.

#### TRIBUTOS PREVIDENCIÁRIOS (INSS)

- ✓ Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 2.110 de 19/10/2022 Artigos 110 a 122.

#### TRIBUTOS DISTRITAIS (ISS DISTRITO FEDERAL)

- ✓ DECRETO 25.508 DE 19/01/2005 (ISS)
- ✓ DECRETO 43.982 DE 05/12/2022 (Institui o Sistema de Gestão, Fiscalização e Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS)

### **Liquidação**





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPC-A/IBGE de correção monetária.

**Forma de pagamento**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **11 DO REAJUSTE**

Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12 DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### **13 MODELO DE REMUNERAÇÃO**

Os valores referentes aos serviços detalhados neste termo deverão ser pagos com a apresentação por parte da empresa prestadora dos serviços de sua nota fiscal, respectivo boleto bancário e termo de aceitação dos serviços devidamente assinado pelo gestor do contrato;

O CFM disporá de 10 (dez) dias úteis, após a apresentação da nota fiscal, para o “aceite” dos serviços. Caso seja detectado qualquer erro, vício, defeito ou qualquer divergência, o serviço não será aceito ou o bem devolvido, ficando a cargo do fornecedor a sua correção ou reposição, sendo susado o pagamento;

Nos contratos de execução continuada, a cada apresentação da nota fiscal para pagamento, a empresa deverá anexar à mesma, comprovação de regularidade para com a seguridade social;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

O CFM exercerá, através da fiscalização do contrato, o acompanhamento dos serviços objeto deste contrato, sendo que a ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do contrato não exime a contratada de quaisquer de suas responsabilidades perante o CFM ou terceiros;

A fiscalização do contrato estará à disposição da contratada para fornecer informações, necessárias ao desenvolvimento dos serviços contratados;

A fiscalização do contrato terá acesso a todos os locais onde os serviços se realizarem em plenos poderes para praticar atos, nos limites do presente contrato, que se destinem a acautelar e preservar todo e qualquer direito do CFM tais como: Recusar serviços que tenham sido executados em desacordo com as condições estabelecidas neste contrato;

Sustar o pagamento de quaisquer faturas da contratada, no caso de inobservância de exigências da fiscalização do contrato amparadas em disposições contidas no contrato, até a regularização da situação. Tal procedimento será comunicado por escrito à contratada;

#### **14 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

- a. Os preços ofertados deverão ser na condição de preço mensal, mediante apresentação de nota-fiscal/fatura;
- b. Todos os preços deverão ser apresentados em moeda corrente do país, devendo incluir todos os custos diretos e indiretos, julgados necessários pela proponente, assim como previsão de custos referentes à mão de obra envolvida no contrato, e todas as incidências que sobre eles possam recair, tais como encargos fiscais, tributos, taxas, impostos e outros;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- c. Os itens das propostas que contiverem rasuras, borrões, emendas ou entrelinhas não serão considerados;
- d. A contratada será exclusivamente responsável pelos encargos sociais e trabalhistas devidos ao pessoal envolvido nos serviços.

## 15 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- a. Gestão do contrato:
  - i. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados, obedecendo ao que dispõe a proposta apresentada e observando as constantes do contrato e seus anexos;
  - ii. Cumprir fielmente as obrigações assumidas em contrato, verificando as observações técnicas deste termo de referência e seus anexos;
  - iii. Comunicar ao CFM, por escrito, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos da execução do contrato;
  - iv. Submeter ao CFM qualquer alteração que se tornar essencial à continuação da execução ou prestação do serviço;
  - v. Manter seus funcionários ou representantes credenciados devidamente identificados quando da execução de qualquer serviço no CFM, referente ao objeto contratado, observando as normas de segurança (interna e conduta);
  - vi. Responder a quaisquer prejuízos que seus empregados e prepostos causem ao patrimônio do CFM, ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
  - vii. Assumir total responsabilidade pelo sigilo da informação que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informação, decorrentes de ação dolosa, imperícia ou imprudência, venha a ocasionar ao CFM ou a terceiros;





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- viii. Todos os serviços contratados e seus documentos resultantes são de exclusiva propriedade do CFM e não poderão ser utilizados fora do contrato, comprometendo-se a contratada com o sigilo das informações a que tiver acesso;
- ix. Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pelo setor de tecnologia da informação ou por servidor designado para este fim. A realização dos serviços previstos será acompanhada por profissional designado por este setor.

## **16 RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- a. De acordo com os artigo 140 da Lei nº 14.133/21, o objeto deste contrato será recebido da forma como se segue:

### **I - Em se tratando de obras e serviços:**

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

## **16 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no inciso II será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

§ 3º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 4º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

[155](#) da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do capítulo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 3º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 5º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 6º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput**.

§ 7º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

§ 8º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Na aplicação da sanção prevista no inciso II do art. 156 da Lei 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do art. 156](#) da Lei 14.133/2021 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 9º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 10º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 11º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** ;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

### **17 DAS ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **18. DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **19 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção mencionada ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

## **20 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado desde que sejam observadas as condições contratuais;

Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato e neste Termo de Referência;

Assegurar o acesso da pessoa responsável pela execução do serviço, devidamente identificada, aos locais onde devam executar os serviços, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;

Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;

Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo após o cumprimento das formalidades legais;

Comunicar à CONTRATADA as alterações dos horários de trabalho definidos neste Termo, respeitadas a natureza diurna e a jornada de trabalho, sempre que julgar necessário;

Nomear gestor para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados e atestando quando os serviços forem satisfatoriamente executados; e

## **21 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**A CONTRATADA, além de fornecimento/disponibilização de mão de obra descritos neste Termo de Referência, obrigar-se-á a:**

- ✓ Indicar um Preposto que representará a empresa, mantendo permanente contato com a CONTRATANTE, dirimindo os problemas que venham surgir no andamento dos serviços;
- ✓ Apresentar relação nominal dos empregados, contendo informações de todos os profissionais que prestarão serviços nas unidades da CONTRATANTE, antes do início da execução do contrato, como: nome completo, cargo ou



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

função, data de nascimento, RG e CPF, endereço e telefone, pois, em nenhuma hipótese, será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE de funcionário não incluso na relação;

- ✓ Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração referente aos funcionários alocados no CFM, apresentando a sua documentação pertinente, se necessário for;
- ✓ Notificar, por escrito com pelo menos 1 dia de antecedência, sempre que houver mudança na equipe permanente, a CONTRATANTE, sendo o aceite do novo profissional a cargo da CONTRATANTE dada a necessidade de se verificar se todas as exigências curriculares contratuais foram cumpridas;
- ✓ Apresentar, até 15 dias após o início da prestação dos serviços, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para execução dos serviços, devidamente assinada, e dos exames médicos admissionais dos seus empregados;
- ✓ Apresentar, para admissão de funcionário que venha laborar nas dependências da CONTRATANTE e não tenha já sido apresentado a ela, preferencialmente antes do início do seu labor e até em duas horas após o início de suas atividades, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS, devidamente assinada, desse empregado e os exames médicos admissionais para ser admitido na execução dos serviços, além das informações cadastrais. Caso o funcionário não possua a habilitação profissional prevista neste Termo de Referência ou não sejam apresentados os documentos citados, não será admitido o funcionário no posto alocado na CONTRATANTE sob pena de glosa e eventual penalidade, devendo ser retirado imediatamente das suas dependências;
- ✓ Apresentar, até 15 dias úteis após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a documentação adicional abaixo relacionada e, caso seja de



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

interesse da CONTRATANTE, ela poderá solicitar os documentos originais comprobatórios a qualquer tempo:

- ✓ Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- ✓ Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS referentes às rescisões contratuais; e
- ✓ Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.
- ✓ Prestar os esclarecimentos cabíveis, de modo formal e com a devida documentação, verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, no prazo máximo de 10 dias corridos contados a partir do recebimento de diligência da CONTRATANTE;
- ✓ Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos salários e pelos benefícios dos seus empregados alocados nas dependências da CONTRATANTE, por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício da atividade deste Contrato;
- ✓ Assumir a responsabilidade por todas as providências e todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências da CONTRATANTE ou em qualquer atividade externa;
- ✓ Selecionar os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando indivíduos que possuam funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- ✓ Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 48 horas, sempre que seus serviços forem julgados insatisfatórios pelo Gestor do Contrato ou sua conduta seja prejudicial ou inconveniente à disciplina ou ao interesse do



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

serviço público, vedado o retorno dele às dependências da CONTRATANTE para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou férias de outros empregados;

- ✓ Atender aos requisitos do posto de trabalho a ser instituído, caso haja substituição do empregado, seja por iniciativa da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, e isso deverá ser comprovado mediante documentação a ser encaminhada para o Gestor do Contrato;
- ✓ Fazer os empregados substitutos a se apresentarem ao gestor do contrato antes do início dos serviços, munidos de documento de identificação, cópia da carteira de trabalho e carta de apresentação da empresa contendo os seguintes dados: nome, função e número do documento de identificação. A carta de apresentação e a cópia da carteira de trabalho podem ser enviadas inicialmente por meio eletrônico e, posteriormente, apresentados os documentos originais;
- ✓ Providenciar cobertura do posto de trabalho na falta de qualquer funcionário, no prazo máximo de 2 horas após comunicação. A cobertura deverá ser feita de maneira que o funcionário eventual substituto cumpra o horário integral da jornada diária de trabalho com a devida apresentação de documentação já previstas nos itens anteriores;
- ✓ Entregar, no prazo de 10 dias corridos, quando solicitado pela CONTRATANTE, quaisquer dos seguintes documentos:
- ✓ Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE, cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste com tomador do órgão ou da entidade CONTRATANTE, cópia(s) do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) relativo(s) a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia(s) de recibo(s) de depósito(s) bancário(s); e
- ✓ Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

- ✓ Encaminhar à CONTRATANTE, com antecedência de 30 dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como a daqueles que irão substituí-los;
- ✓ Fornecer aos seus empregados, observados os prazos legais e regulamentares, vale-transporte ou promover o deslocamento deles no percurso residência/CFM/residência, ou residência/Rodoviária Plano Piloto/CFM/Rodoviária Plano Piloto/Residência, observando caso a caso. No início do contrato ou de cada contratação, o funcionário deverá receber o transporte desde o primeiro dia de serviço;
- ✓ Fornecer aos seus empregados, observados os prazos legais e regulamentares, auxílio-alimentação, de acordo com a legislação vigente. No início do contrato ou de cada contratação, o funcionário deverá receber o auxílio desde o primeiro dia de serviço;
- ✓ Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- ✓ Viabilizar o acesso de seus empregados, via *internet*, por meio de senha própria, aos sistemas responsáveis pelos extratos de INSS e FGTS, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- ✓ Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- ✓ Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- ✓ Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço;
- ✓ Manter quadro de empregados sempre em conformidade com o contrato, suprimindo de imediato a ausência do empregado por meio de reserva técnica,



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

não sendo aceitável ausência por motivo de férias, descanso semanal, licenças em geral, falta ao serviço, demissão e outros análogos;

- ✓ Identificar todos os equipamentos, todas as ferramentas e todos os utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;
- ✓ Disponibilizar aos seus empregados, sem ônus para a CONTRATANTE, meio de comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, para uso quando necessário;
- ✓ Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de água e energia elétrica;
- ✓ Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento com preços atualizados, dentro de 30 dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês subsequente;
- ✓ Observar o horário de trabalho estabelecido pela CONTRATANTE em conformidade com as leis trabalhistas;
- ✓ Não permitir que seus empregados tratem de assuntos pessoais ou de serviço com autoridades ou pessoas não relacionadas à área gestora;
- ✓ Não caucionar nem utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- ✓ Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- ✓ Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor e pelos fiscais do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às exigências descritas neste Termo de Referência;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- ✓ Manter atualizada as CTPS de seus empregados, entregando sempre ao gestor de contrato cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais delas;
- ✓ Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 5 dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
- ✓ Encaminhar qualquer solicitação à CONTRATANTE por intermédio do gestor do contrato;
- ✓ Comunicar formal e imediatamente ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a prestação de serviços de que trata este Termo de Referência;
- ✓ Assumir a responsabilidade, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, pois a existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA;
- ✓ Executar os serviços objeto do presente Termo de Referência, responsabilizando-se, em relação ao profissional, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços a serem prestados, como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, encargos, obrigações, contribuições, indenizações, auxílio-refeição, auxílio-transporte, outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pela Administração em decorrência de lei ou outro instrumento equivalente;
- ✓ Contratar, sob sua inteira responsabilidade, o profissional a ser alocado no posto de trabalho, mediante seleção prévia, observadas as seguintes condições:
- ✓ Idade mínima de 18 anos;
- ✓ Quitação com as obrigações eleitorais;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- ✓ Quitação com as obrigações do serviço militar (para os profissionais do sexo masculino); e
- ✓ Aptidão física e mental para o exercício das atribuições.
- ✓ Proceder à avaliação técnica (aptidão profissional) do funcionário a ser alocado no posto de trabalho, com vistas à aprovação da CONTRATANTE;
- ✓ Identificar o profissional mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, a ser confeccionado pela CONTRATANTE, por ocasião da ativação do posto de trabalho;
- ✓ Exigir o uso de crachá pelo profissional contratado, ficando a CONTRATADA, em caso de perda ou extravio, responsável pelo ônus da reposição dos crachás extraviados;
- ✓ Suprir, por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, toda e qualquer falta ocorrida no posto de trabalho, quando solicitado pela CONTRATANTE. Para tanto, a CONTRATADA se obriga a:
- ✓ Manter, nas dependências da CONTRATANTE, cadastro dos profissionais atualizado de forma que ela possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho a ser ocupado;
- ✓ Remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente; e
- ✓ Preencher, após autorização da CONTRATANTE, o posto vago, sob pena de glosa de valor correspondente ao período em que o posto de trabalho permaneceu desocupado.
- ✓ No caso de falta do profissional, em qualquer posto de trabalho não suprido por outro profissional, descontar-se-á do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas;
- ✓ Efetuar a imediata reposição da mão de obra nas eventuais ausências e nos impedimentos, no prazo máximo de 2 horas após a notificação por parte da CONTRATANTE;





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- ✓ Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;
- ✓ Responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo que, por dolo ou culpa, seus profissionais causarem a terceiros ou à CONTRATANTE, devendo ser descontado o valor correspondente no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, conforme o caso;
- ✓ Executar os serviços constantes do objeto deste Termo de Referência, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE;
- ✓ Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do contratado, devendo orientar os profissionais nesse sentido;
- ✓ Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de acidentes nas dependências da CONTRATANTE;
- ✓ Indicar formalmente, quando ocorrer a assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual. O preposto deverá, entre outras atividades, proceder aos contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato bem como deverá prestar atendimento do profissional em serviço como:
  - ✓ Entregar-lhe contracheques e auxílio-alimentação;
  - ✓ Acompanhar e controlar a apuração do ponto;
  - ✓ Emitir relatório; e
  - ✓ Desenvolver outras atividades administrativas de responsabilidade da CONTRATADA principalmente quanto ao controle de informações relativas ao seu faturamento mensal e apresentação de documentos quando solicitado.
- ✓ Cumprir as normas e os regulamentos internos da CONTRATANTE, sem que isso gere nenhum vínculo empregatício com o Órgão;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- ✓ Acatar a fiscalização da CONTRATANTE levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim e cuja solicitação deverá ser atendida imediatamente, comunicando-lhe qualquer irregularidade detectada durante a execução dos serviços;
- ✓ Apresentar à CONTRATANTE toda a legislação federal e distrital atualizada, existente ou que venha a ser editada, regulamentando as atividades contratadas, bem como fornecer, anualmente, o acordo coletivo celebrado no sindicato representativo da categoria contratada;
- ✓ Criar métodos de incentivo profissional, visando motivar o profissional no desempenho de suas atividades;
- ✓ Promover treinamento e reciclagem dos profissionais que prestam serviços para o CFM, custeando-os, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a CONTRATANTE entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados. Seu conteúdo deverá compreender os conhecimentos e as habilidades para a execução dos serviços contratados;
- ✓ Apresentar, em comum acordo com a CONTRATANTE, plano de férias do profissional alocado no posto de trabalho para fins de avaliação, observada a necessidade de serviço;
- ✓ Não transferir a outrem nenhuma parte do objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;
- ✓ Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, documentação que comprove correto e tempestivo pagamento dos encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- ✓ Ter endereço comercial no Distrito Federal e manter escritório para atendimento das demandas solicitadas;
- ✓ Disponibilizar endereço eletrônico e números de telefone fixo, de celular com DDD de Brasília, para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

sempre atualizados. A CONTRATANTE poderá fazer diligência no endereço informado para verificar a autenticidade das informações;

- ✓ Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado ao patrimônio do CFM ou de terceiros, decorrente da execução dos serviços contratados;
- ✓ Proceder imediatamente a conserto e/ou reposição de equipamento em caso de perda e/ou dano causado(s) por mau uso por seu empregado a equipamento do CFM;
- ✓ Fazer com que seus profissionais alocados no CFM respeitem os prazos acordados em cada solicitação de trabalho pela área demandante; e
- ✓ Promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art.3º, no inciso I do art. 5º e no inciso XX do art. 7º; o Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013; os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do MPF.

## 22ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação, o valor máximo **MENSAL** estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço do fornecimento, podem ser definidos da seguinte forma:

Por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares;

Por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de preços de fornecedores ou outros equivalentes, se for o caso.

Neste caso os custos foram levantados em pesquisa de preço no mercado e o valor médio **MENSAL** apurado na pesquisa está apresentado na tabela abaixo, que será considerado como referencial de:

**EDITAL CFM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2025.****CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA****CFM**

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

CNPJ: 33.583.550/0001-30

**Mapa Comparativo de Preços (PCS-0167/2025)**

Solicitação: CRIADOR DE CONTEÚDO Unidade: UNIDADE Data da emissão: 15/04/2026  
Propostas Quantidade: 2,00

Fornecedores	Vi. Unitário	Vi. Total	Validade Proposta	Prazo Entrega (dias)	Condições	Frete	Forma Pagamento
1 GLASSDOOR SALÁRIOS 2	14.000,000	28.000,0000	29/09/2025			R\$ 0,00	
2 PAINEL DE PREÇOS - 1	14.657,7000	29.315,4000	23/04/2026			R\$ 0,00	
3 GLASSDOOR SALÁRIOS 1	17.000,0000	34.000,0000	29/09/2025			R\$ 0,00	
4 ESPLANADA SERVIÇOS	24.006,5100	48.013,0200	29/10/2025			R\$ 0,00	
5 ATA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	0,0000	0,0000	03/04/2026			R\$ 0,00	
6 CONTRATO BANCO CENTRAL DO BRASIL	0,0000	0,0000	03/01/2026			R\$ 0,00	
7 CONTRATO CNMP	0,0000	0,0000	23/07/2025			R\$ 0,00	
Valor médio dos Itens:		17.416,05 34.832,11					

Solicitação: DESIGNER GRÁFICO PLENO Unidade: UNIDADE Quantidade: 2,00

Fornecedores	Vi. Unitário	Vi. Total	Validade Proposta	Prazo Entrega (dias)	Condições	Frete	Forma Pagamento
1 CONTRATO CNMP	12.081,320	24.162,6400	23/07/2025			R\$ 0,00	
2 CONTRATO BANCO CENTRAL DO BRASIL	13.262,1600	26.524,3200	03/01/2026			R\$ 0,00	
3 ATA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	14.329,1800	28.658,3600	03/04/2026			R\$ 0,00	
4 ESPLANADA SERVIÇOS	21.505,9900	43.011,9800	29/10/2025			R\$ 0,00	
5 GLASSDOOR SALÁRIOS 1	0,0000	0,0000	29/09/2025			R\$ 0,00	
6 GLASSDOOR SALÁRIOS 2	0,0000	0,0000	29/09/2025			R\$ 0,00	
7 PAINEL DE PREÇOS - 1	0,0000	0,0000	23/04/2026			R\$ 0,00	
Valor médio dos Itens:		15.294,66 30.589,33					

Página: 1/3

**CFM**

Solicitação: VIDEOMAKER/EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL OU CINEMATOGRAFICA Unidade: UNIDADE Quantidade: 2,00

Fornecedores	Vi. Unitário	Vi. Total	Validade Proposta	Prazo Entrega (dias)	Condições	Frete	Forma Pagamento
1 CONTRATO BANCO CENTRAL DO BRASIL	10.956,000	21.912,0000	03/01/2026			R\$ 0,00	
2 PAINEL DE PREÇOS - 1	13.676,0900	27.352,1800	23/04/2026			R\$ 0,00	
3 CONTRATO CNMP	14.806,0700	29.612,1400	23/07/2025			R\$ 0,00	
4 ATA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	14.997,6000	29.995,2000	03/04/2026			R\$ 0,00	
5 ESPLANADA SERVIÇOS	24.006,5100	48.013,0200	29/10/2025			R\$ 0,00	
6 GLASSDOOR SALÁRIOS 1	0,0000	0,0000	29/09/2025			R\$ 0,00	
7 GLASSDOOR SALÁRIOS 2	0,0000	0,0000	29/09/2025			R\$ 0,00	
Valor médio dos Itens:		15.688,45 31.376,91					

Valor total de itens por fornecedor vencedor		
GLASSDOOR SALÁRIOS 2	28.000,0000	criador de conteúdo
CONTRATO CNMP	24.162,6400	designer gráfico pleno
CONTRATO BANCO CENTRAL DO BRASIL	21.912,0000	videomaker/editor de mídia audiovisual ou cinematográfica
ATA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	0,0000	
ESPLANADA SERVIÇOS	0,0000	
GLASSDOOR SALÁRIOS 1	0,0000	
PAINEL DE PREÇOS - 1	0,0000	

Valor Total Aquisição Melhor Cotação por Item(Exceto Frete): 74.074,6400 Setenta e quatro mil e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos

**Observação:**  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

**Justificativa:**  
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

SULAIMA LEISE DA  
SILVA:41026373115  
Assinado de forma digital por  
SULAIMA LEISE DA  
SILVA:41026373115  
Data: 2025.04.15 11:42:28 -03'00'

Dr. Alexandre de Menezes Rodrigues  
SECRETÁRIO-GERAL

Adriano Ponce  
COORDENADOR ADMINISTRATIVO



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## 23 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

6.2.2.1.1.33.90.39.031 - Serviços de áudio, vídeo e fotos;

6.2.2.1.1.33.90.39.038 - Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional;

6.2.2.1.1.33.90.39.047 - Serviço de editoração, diagramação e copidescagem.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 24. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato se dará por meio dos funcionários **THAIS DUTRA - GESTORA TITULAR E VEVILA JUNQUEIRA – GESTORA SUBSTITUTA** e, especialmente designadas, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos, observados na forma do Artigo 117, da Lei nº 14.133/21.

As atividades objeto desta contratação possuem caráter acessório, instrumental e de apoio técnico-operacional, voltado à execução de serviços de design gráfico, videomaker/editor de mídia audiovisual e criação de conteúdo, com o objetivo de subsidiar a produção de materiais institucionais e de comunicação do Conselho Federal de Medicina (CFM).

As ações executadas pela contratada não se confundem com as atividades finalísticas do CFM, tendo natureza meramente complementar e de suporte técnico especializado, em estrita observância ao disposto no Decreto nº 9.507, de 21 de



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

setembro de 2018, e à Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), não configurando terceirização de atividade-fim.

É vedado o estabelecimento de vínculo empregatício ou subordinação direta entre os empregados da contratada e o CFM, cabendo exclusivamente à contratada a responsabilidade integral pela seleção, contratação, remuneração, direção técnica, fiscalização e substituição de sua equipe, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

A execução dos serviços dar-se-á sob supervisão e acompanhamento técnico do CFM, limitando-se tal acompanhamento à verificação do cumprimento das obrigações contratuais, sem interferência nas relações internas da contratada com seus empregados ou prepostos.

## 25. DO FORO E DOS CASOS OMISSOS

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, em Brasília-DF, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Brasília-DF, de de 2026.

---

**Equipe de Gestores**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

# **ANEXO II**

## **PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

### **1. OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO LABORATIVA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, INCLUINDO AS ATIVIDADES DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO, CAPACITAÇÃO, BEM COMO O DEVIDO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PESSOAL PARA OS SEGUINTE POSTOS DE TRABALHO**, conforme as características, condições, obrigações e requisitos técnicos contidos neste Termo de Referência.

- ✓ **DESIGNER GRÁFICO PLENO,**
- ✓ **VIDEOMAKER/EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL e**
- ✓ **CRIADOR DE CONTEÚDO.**

As atividades a serem realizadas englobam os postos de serviços de técnicos especializados na área de Comunicação Social, com fornecimento de mão de obra residente, para os postos de trabalho de Designer Gráfico, Editor de Mídia Audiovisual (videomaker) e Criador de conteúdo a serem prestados nas dependências do Conselho Federal de Medicina, discriminados conforme tabela abaixo:



EDITAL CFM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ITENS	POSTOS DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFISSIONAIS	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR GLOBAL ANUAL (Valor de 02 profissionais mensais x12)
01	<i>Designer Gráfico</i>	2	R\$ 12.081,32	R\$ 144.975,84
02	<i>Videomaker/Editor de Mídia Audiovisual ou cinematográfica</i>	2	R\$ 10.956,00	R\$ 131.472,00
03	<i>Criador de conteúdo</i>	2	R\$ 14.000,00	R\$ 168.000,00
VALOR GLOBAL MENSAL R\$ 74.074,64 (Setenta e quatro mil e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos)			R\$ 74.074,64	R\$ 444.447,84

OBS.: OS VALORES ACIMA DEVERÃO ESTAR COMPREENDIDOS, ALÉM DO LUCRO, ENCARGOS SOCIAIS, TODAS E QUAISQUER DESPESAS DE RESPONSABILIDADE DA PROPONENTE QUE DIRETA OU INDIRETAMENTE, DECORRAM DO OBJETO LICITADO.

O prazo de eficácia da proposta será de 60 (sessenta) dias.

R\$.....(.....)

SERÁ VENCEDORA A LICITANTE QUE TIVER O MENOR VALOR MENSAL.

Brasília - DF, de de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante legal da empresa)





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Pelo presente, apresentamos nossa proposta em conformidade com o T.R. referido, a saber:

**a) Nome da Empresa:** (nome da empresa – razão social) CNPJ nº: 00.000.000/0000-00 - Inscrição Estadual nº: Endereço: Rua XXXXXX, 00, Bairro, Município, UF - Telefone: (00) 0000-0000.

**b) Descrição completa dos serviços especificados no Termo de Referência.**

**c) Propomos** executar, sob nossa integral responsabilidade e risco, todos os serviços objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº: XXX/2025, recebendo do CFM, em remuneração a esta prestação de serviço, o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) por edição.

**d) Prazo** de validade da proposta: Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia útil imediatamente posterior ao indicado no preâmbulo deste Edital.

**e)** Indicação da pessoa responsável e do endereço eletrônico (e-mail) a receber comunicados, julgamentos e outros atos realizados pela Comissão de Julgamento de Licitações: (nome da pessoa escolhida e- mail).

## **ATENÇÃO LICITANTES**

1 – No VALOR GLOBAL apresentado deverá estar incluídos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

2 - Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os objetos serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste TR, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

3 – Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela contratante, seja qual for o motivo.

4 - Declaro que examinei, minuciosamente, o pertinente o T.R. e que estudei, comparei e os encontrei corretos, aceitando e submetendo-me, integralmente, às suas condições, e que obtive do Setor de contratos/Administração do Contratante, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, não havendo dúvidas acerca dos serviços a executar.

6 - Declaramos, para fins de participação em epígrafe, que não possuímos em nossos quadros funcionais, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Conselho, conforme determinação contida em lei.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

# ANEXO III

## MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 25.0.000004769-7

**CONTRATO CFM Nº 90019/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO.**

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA POSTOS DE TRABALHO DE DESIGNER GRÁFICO, VIDEOMAKER/EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL E CRIADOR DE CONTEÚDO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX NA FORMA ABAIXO:**

**O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**, Autarquia Federal de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei nº 3.268 de 30 de setembro de 1957 e regulamentada pelo Decreto nº 6.821 de 14 de abril de 2009 que alterou o Decreto 44.045 de 19 de julho de 1958, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, com sede no SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL Brasília - DF, CNPJ nº 33.583.550/0001-30, CF/DF nº 33583550000130, por seu representante legal, consoante delegação de competência conferida pela Lei nº 3.268/57, neste ato representado pelo seu Presidente, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, médico, portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF n.º **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

denominado **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **XXXXXXXXXXXX**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXX**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, RG nº **XXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado à **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº 25.0.000004769-7 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90019/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Contrato para Prestação de **SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO LABORATIVA ESPECIALIZADA, SOB DEMANDA, INCLUINDO AS ATIVIDADES DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO, CAPACITAÇÃO, BEM COMO O DEVIDO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DE PESSOAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA POSTOS DE TRABALHO DE DESIGNER GRÁFICO, VIDEOMAKER/EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL E CRIADOR DE CONTEÚDO.**

1.2 As atividades a serem realizadas englobam os postos de serviços de técnicos especializados na área de Comunicação Social, com fornecimento de mão de obra residente, para os postos de trabalho de Designer Gráfico, Editor de Mídia Audiovisual (videomaker) e Criador de conteúdo a serem prestados nas dependências do Conselho Federal de Medicina, discriminados conforme tabela abaixo:



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

POSTO DE TRABALHO	NÚMERO DE PROFISSIONAIS	GESTÃO
DESIGNER GRÁFICO	2	COIMP
VIDEOMAKER/EDITOR DE MÍDIA AUDIOVISUAL OU CINEMATOGRAFICA	2	COIMP
CRIADOR DE CONTEÚDO	2	COIMP

1.3 A Contratada disponibilizará a mão-de-obra após o recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme a demanda do Contratante.

1.4 O objeto deste contrato deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas apresentadas a seguir e as demais que constarem no TR, do edital do Pregão CFM nº 90019/2025, que é parte integrante deste Contrato.

1.5 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- ✓ Edital da Licitação;
- ✓ Termo de Referência;
- ✓ Proposta do contratado;
- ✓ Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo sofrer prorrogações posteriores até o prazo máximo decenal, previsto na Lei nº 14.133, de 2021, conforme artigos 106 e 107 da Lei 14.133/21.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratada, previstas neste instrumento.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.4 A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

2.5 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7 O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no T.R., anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

**5.1 APRESENTAR TABELA COM A DESCRIÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS E VALORES.**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2.2 Estão inclusos os direitos de licença e distribuição da informação coletada, das empresas de comunicação que assim exigirem, e repassada ao CFM que em nenhuma hipótese assumirá o ônus, econômico ou jurídico, da ausência desses direitos e licenças.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

**6.1 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

**Da retenção dos Impostos**

**6.2 TRIBUTOS FEDERAIS (IRPJ, PIS, COFINS E CSLL)**

- ✓ Lei nº 9.430 27/12/1996, ARTIGO 64
- ✓ Lei nº 10.833 29/12/2003, ARTIGO 33, 34 E 35
- ✓ Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 11/01/2012.

**6.3 TRIBUTOS PREVIDENCIÁRIOS (INSS)**

- ✓ Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 2.110 de 19/10/2022  
Artigos 110 a 122.

**6.4 TRIBUTOS DISTRITAIS (ISS DISTRITO FEDERAL)**

- ✓ DECRETO 25.508 DE 19/01/2005 (ISS)
- ✓ DECRETO 43.982 DE 05/12/2022 (Institui o Sistema de Gestão, Fiscalização e Arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS)





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

### **Liquidação**

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.5.1 O prazo de validade;
- 6.5.2 A data da emissão;
- 6.5.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.5.4 O período respectivo de execução do contrato;
- 6.5.5 O valor a pagar; e
- 6.5.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.7 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

6.13 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.14 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

**Forma de pagamento**

6.15 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.18 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.19 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE:**

- a) Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- b) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado desde que sejam observadas as condições contratuais;
- c) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato e neste Termo de Referência;
- d) Assegurar o acesso da pessoa responsável pela execução do serviço, devidamente identificada, aos locais onde devam executar os serviços, devendo tomar todas as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades;
- e) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;
- g) Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- h) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo após o cumprimento das formalidades legais;
- i) Comunicar à CONTRATADA as alterações dos horários de trabalho definidos neste Termo, respeitadas a natureza diurna e a jornada de trabalho, sempre que julgar necessário;
- j) Nomear gestor para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados e atestando quando os serviços forem satisfatoriamente executados.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:**

**A CONTRATADA, além de fornecimento/disponibilização de mão de obra descritos neste Termo de Referência, obrigar-se-á a:**

- a) Indicar um Preposto que representará a empresa, mantendo permanente contato com a CONTRATANTE, dirimindo os problemas que venham surgir no andamento dos serviços;
- b) Apresentar relação nominal dos empregados, contendo informações de todos os profissionais que prestarão serviços nas unidades da CONTRATANTE, antes do início da execução do contrato, como: nome completo, cargo ou função, data de nascimento, RG e CPF, endereço e telefone, pois, em nenhuma hipótese, será permitido o acesso às dependências da CONTRATANTE de funcionário não incluso na relação;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- c) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração referente aos funcionários alocados no CFM, apresentando a sua documentação pertinente, se necessário for;
- d) Notificar, por escrito com pelo menos 1 dia de antecedência, sempre que houver mudança na equipe permanente, a CONTRATANTE, sendo o aceite do novo profissional a cargo da CONTRATANTE dada a necessidade de se verificar se todas as exigências curriculares contratuais foram cumpridas;
- e) Apresentar, até 15 dias após o início da prestação dos serviços, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para execução dos serviços, devidamente assinada, e dos exames médicos admissionais dos seus empregados;
- f) Apresentar, para admissão de funcionário que venha laborar nas dependências da CONTRATANTE e não tenha já sido apresentado a ela, preferencialmente antes do início do seu labor e até em duas horas após o início de suas atividades, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS, devidamente assinada, desse empregado e os exames médicos admissionais para ser admitido na execução dos serviços, além das informações cadastrais. Caso o funcionário não possua a habilitação profissional prevista neste Termo de Referência ou não sejam apresentados os documentos citados, não será admitido o funcionário no posto alocado na CONTRATANTE sob pena de glosa e eventual penalidade, devendo ser retirado imediatamente das suas dependências;
- g) Apresentar, até 15 dias úteis após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a documentação adicional abaixo relacionada e, caso seja de



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

interesse da CONTRATANTE, ela poderá solicitar os documentos originais comprobatórios a qualquer tempo:

- h) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- i) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS referentes às rescisões contratuais; e
- j) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.
- k) Prestar os esclarecimentos cabíveis, de modo formal e com a devida documentação, verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, no prazo máximo de 10 dias corridos contados a partir do recebimento de diligência da CONTRATANTE;
- l) Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos salários e pelos benefícios dos seus empregados alocados nas dependências da CONTRATANTE, por quaisquer acidentes de que venham a ser vítimas quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício da atividade deste Contrato;
- m) Assumir a responsabilidade por todas as providências e todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependências da CONTRATANTE ou em qualquer atividade externa;





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- n) Selecionar os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando indivíduos que possuam funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- o) Substituir qualquer empregado, no prazo máximo de 48 horas, sempre que seus serviços forem julgados insatisfatórios pelo Gestor do Contrato ou sua conduta seja prejudicial ou inconveniente à disciplina ou ao interesse do serviço público, vedado o retorno dele às dependências da CONTRATANTE para cobertura de licenças, dispensas, suspensões ou férias de outros empregados;
- p) Atender aos requisitos do posto de trabalho a ser instituído, caso haja substituição do empregado, seja por iniciativa da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, e isso deverá ser comprovado mediante documentação a ser encaminhada para o Gestor do Contrato;
- q) Fazer os empregados substitutos a se apresentarem ao gestor do contrato antes do início dos serviços, munidos de documento de identificação, cópia da carteira de trabalho e carta de apresentação da empresa contendo os seguintes dados: nome, função e número do documento de identificação. A carta de apresentação e a cópia da carteira de trabalho podem ser enviadas inicialmente por meio eletrônico e, posteriormente, apresentados os documentos originais;
- r) Providenciar cobertura do posto de trabalho na falta de qualquer funcionário, no prazo máximo de 2 horas após comunicação. A cobertura deverá ser feita de maneira que o funcionário eventual substituto cumpra o horário integral da jornada diária de trabalho com a devida apresentação de documentação já previstas nos itens anteriores;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- s) Entregar, no prazo de 10 dias corridos, quando solicitado pela CONTRATANTE, quaisquer dos seguintes documentos:
- t) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE, cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste com tomador do órgão ou da entidade CONTRATANTE, cópia(s) do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) relativo(s) a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia(s) de recibo(s) de depósito(s) bancário(s); e
- u) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- v) Encaminhar à CONTRATANTE, com antecedência de 30 dias, relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como a daqueles que irão substituí-los;
- w) Fornecer aos seus empregados, observados os prazos legais e regulamentares, vale-transporte ou promover o deslocamento deles no percurso residência/CFM/residência, ou residência/Rodoviária Plano Piloto/CFM/Rodoviária Plano Piloto/Residência, observando caso a caso. No início do contrato ou de cada contratação, o funcionário deverá receber o transporte desde o primeiro dia de serviço;
- x) Fornecer aos seus empregados, observados os prazos legais e regulamentares, auxílio-alimentação, de acordo com a legislação vigente. No início do contrato ou de cada contratação, o funcionário deverá receber o auxílio desde o primeiro dia de serviço;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- y) Pagar, até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, os salários dos empregados bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas;
- z) Viabilizar o acesso de seus empregados, via *internet*, por meio de senha própria, aos sistemas responsáveis pelos extratos de INSS e FGTS, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- aa) Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- bb) Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- cc) Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço;
- dd) Manter quadro de empregados sempre em conformidade com o contrato, suprimindo de imediato a ausência do empregado por meio de reserva técnica, não sendo aceitável ausência por motivo de férias, descanso semanal, licenças em geral, falta ao serviço, demissão e outros análogos;
- ee) Identificar todos os equipamentos, todas as ferramentas e todos os utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- ff) Disponibilizar aos seus empregados, sem ônus para a CONTRATANTE, meio de comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, para uso quando necessário;
- gg) Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e à racionalização de água e energia elétrica;
- hh) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento com preços atualizados, dentro de 30 dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento na fatura do mês subsequente;
- ii) Observar o horário de trabalho estabelecido pela CONTRATANTE em conformidade com as leis trabalhistas;
- jj) Não permitir que seus empregados tratem de assuntos pessoais ou de serviço com autoridades ou pessoas não relacionadas à área gestora;
- kk) Não caucionar nem utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- ll) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- mm) Apresentar, sempre que solicitado pelo gestor e pelos fiscais do contrato, no prazo máximo estipulado no pedido, documentação referente às exigências descritas neste Termo de Referência;
- nn) Manter atualizada as CTPS de seus empregados, entregando sempre ao gestor de contrato cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais delas;
- oo) Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, no prazo de 5 dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
- pp) Encaminhar qualquer solicitação à CONTRATANTE por intermédio do gestor do contrato;
- qq) Comunicar formal e imediatamente ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a prestação de serviços de que trata este Termo de Referência;
- rr) Assumir a responsabilidade, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, pois a existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA;
- ss) Executar os serviços objeto do presente Termo de Referência, responsabilizando-se, em relação ao profissional, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços a serem prestados, como salários,



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

seguros de acidentes, taxas, impostos, encargos, obrigações, contribuições, indenizações, auxílio-refeição, auxílio-transporte, outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pela Administração em decorrência de lei ou outro instrumento equivalente;

tt) Contratar, sob sua inteira responsabilidade, o profissional a ser alocado no posto de trabalho, mediante seleção prévia, observadas as seguintes condições:

uu) Idade mínima de 18 anos;

vv) Quitação com as obrigações eleitorais;

ww) Quitação com as obrigações do serviço militar (para os profissionais do sexo masculino); e

xx) Aptidão física e mental para o exercício das atribuições.

yy) Proceder à avaliação técnica (aptidão profissional) do funcionário a ser alocado no posto de trabalho, com vistas à aprovação da CONTRATANTE;

zz) Identificar o profissional mediante uso permanente de crachá, com foto e nome visível, a ser confeccionado pela CONTRATANTE, por ocasião da ativação do posto de trabalho;

aaa) Exigir o uso de crachá pelo profissional contratado, ficando a CONTRATADA, em caso de perda ou extravio, responsável pelo ônus da reposição dos crachás extraviados;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- bbb) Suprir, por outro profissional que atenda aos requisitos técnicos exigidos, toda e qualquer falta ocorrida no posto de trabalho, quando solicitado pela CONTRATANTE. Para tanto, a CONTRATADA se obriga a:
- ccc) Manter, nas dependências da CONTRATANTE, cadastro dos profissionais atualizado de forma que ela possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento do posto de trabalho a ser ocupado;
- ddd) Remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído, recolhendo-se os encargos correspondentes e previstos contratualmente; e
- eee) Preencher, após autorização da CONTRATANTE, o posto vago, sob pena de glosa de valor correspondente ao período em que o posto de trabalho permaneceu desocupado.
- fff) No caso de falta do profissional, em qualquer posto de trabalho não suprido por outro profissional, descontar-se-á do faturamento mensal o valor correspondente ao número de horas não trabalhadas;
- ggg) Efetuar a imediata reposição da mão de obra nas eventuais ausências e nos impedimentos, no prazo máximo de 2 horas após a notificação por parte da CONTRATANTE;
- hhh) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também aqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- iii) Responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo que, por dolo ou culpa, seus profissionais causarem a terceiros ou à CONTRATANTE, devendo ser descontado o valor correspondente no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, conforme o caso;
- jjj) Executar os serviços constantes do objeto deste Termo de Referência, de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela CONTRATANTE;
- kkk) Manter sigilo, sob pena de responsabilidades civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do contratado, devendo orientar os profissionais nesse sentido;
- III) Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de acidentes nas dependências da CONTRATANTE;
- mmm) Indicar formalmente, quando ocorrer a assinatura do contrato, preposto que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos previstos no instrumento contratual. O preposto deverá, entre outras atividades, proceder aos contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato bem como deverá prestar atendimento do profissional em serviço como:
  - nnn) Entregar-lhe contracheques e auxílio-alimentação;
  - ooo) Acompanhar e controlar a apuração do ponto;
  - ppp) Emitir relatório; e
  - qqq) Desenvolver outras atividades administrativas de responsabilidade da CONTRATADA principalmente quanto ao controle de informações relativas ao seu faturamento mensal e apresentação de documentos quando solicitado.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- rrr) Cumprir as normas e os regulamentos internos da CONTRATANTE, sem que isso gere nenhum vínculo empregatício com o Órgão;
- sss) Acatar a fiscalização da CONTRATANTE levada a efeito por pessoa devidamente credenciada para tal fim e cuja solicitação deverá ser atendida imediatamente, comunicando-lhe qualquer irregularidade detectada durante a execução dos serviços;
- ttt) Apresentar à CONTRATANTE toda a legislação federal e distrital atualizada, existente ou que venha a ser editada, regulamentando as atividades contratadas, bem como fornecer, anualmente, o acordo coletivo celebrado no sindicato representativo da categoria contratada;
- uuu) Criar métodos de incentivo profissional, visando motivar o profissional no desempenho de suas atividades;
- vvv) Promover treinamento e reciclagem dos profissionais que prestam serviços para o CFM, custeando-os, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a CONTRATANTE entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados. Seu conteúdo deverá compreender os conhecimentos e as habilidades para a execução dos serviços contratados;
- www) Apresentar, em comum acordo com a CONTRATANTE, plano de férias do profissional alocado no posto de trabalho para fins de avaliação, observada a necessidade de serviço;
- xxx) Não transferir a outrem nenhuma parte do objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- yyy) Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, documentação que comprove correto e tempestivo pagamento dos encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- zzz) Ter endereço comercial no Distrito Federal e manter escritório para atendimento das demandas solicitadas;
- aaaa) Disponibilizar endereço eletrônico e números de telefone fixo, de celular com DDD de Brasília, para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os sempre atualizados. A CONTRATANTE poderá fazer diligência no endereço informado para verificar a autenticidade das informações;
- bbbb) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado ao patrimônio do CFM ou de terceiros, decorrente da execução dos serviços contratados;
- cccc) Proceder imediatamente a conserto e/ou reposição de equipamento em caso de perda e/ou dano causado(s) por mau uso por seu empregado a equipamento do CFM;
- dddd) Fazer com que seus profissionais alocados no CFM respeitem os prazos acordados em cada solicitação de trabalho pela área demandante; e
- eeee) Promover ações afirmativas de gênero e étnico-raciais, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, no inciso IV do art.3º, no inciso I do art. 5º e no inciso XX do art. 7º; o Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013; os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do MPF.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º A sanção prevista no inciso I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no inciso II será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

§ 3º A sanção prevista no inciso III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155](#) da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 4º A sanção prevista no inciso IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155](#) da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do capítulo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 3º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 5º A sanção estabelecida no inciso IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 6º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput**.

§ 7º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

§ 8º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.3 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do art. 156 da Lei 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.4 A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do art. 156](#) da Lei 14.133/2021 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 9º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 10º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

§ 11º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** ;

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.4 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária.**

**A contratação será atendida pelas seguintes dotações:**

**6.2.2.1.1.33.90.39.031 - Serviços de áudio, vídeo e fotos;**

**6.2.2.1.1.33.90.39.038 - Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional;**

**6.2.2.1.1.33.90.39.047 - Serviço de editoração, diagramação e copidescagem.**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E DOS GESTORES**

13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

13.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização**

13.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Fiscalização Técnica**

13.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

13.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

13.7.2 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

13.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

13.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

13.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**Fiscalização Administrativa**

13.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.9 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**Da Gestão do Contrato**

13.10 A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato estará a cargo dos funcionários **Sr. PAULO GOMES – FISCAIS TITULAR, e o Sr. CLEIBISSON SOUZA – FISCAL SUBSTITUTO**, especialmente designados, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos.

13.11 A gestão do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

13.12 A gestão do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

13.13 A gestão do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

13.14 A gestão do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

13.15 A gestão do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

13.16 A gestão do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

13.17 A gestão do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO**

15.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

16.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.5.3 Indenizações e multas.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

16.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.8 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.8.1 A extinção mencionada no item 16.8 ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA NATUREZA DAS ATIVIDADES E DA VEDAÇÃO À TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM.**

17.1 As atividades objeto desta contratação possuem caráter acessório, instrumental e de apoio técnico-operacional, voltado à execução de serviços de design gráfico, videomaker/editor de mídia audiovisual e criação de conteúdo, com o objetivo de subsidiar a produção de materiais institucionais e de comunicação do Conselho Federal de Medicina (CFM).





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

17.2 As ações executadas pela contratada não se confundem com as atividades finalísticas do CFM, tendo natureza meramente complementar e de suporte técnico especializado, em estrita observância ao disposto no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e à Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), não configurando terceirização de atividade-fim.

17.3 É vedado o estabelecimento de vínculo empregatício ou subordinação direta entre os empregados da contratada e o CFM, cabendo exclusivamente à contratada a responsabilidade integral pela seleção, contratação, remuneração, direção técnica, fiscalização e substituição de sua equipe, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.4 A execução dos serviços dar-se-á sob supervisão e acompanhamento técnico do CFM, limitando-se tal acompanhamento à verificação do cumprimento das obrigações contratuais, sem interferência nas relações internas da contratada com seus empregados ou prepostos.

17.5 O descumprimento do disposto nesta cláusula poderá ensejar rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, e demais penalidades previstas neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO E DOS CASOS OMISSOS**

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, em Brasília-DF, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou ações oriundas do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



EDITAL CFM PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

18.2 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18.3 E, por estarem assim ajustados e de acordo, as partes assinam o presente contrato.

Brasília-DF, de de 2026.

---

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**  
**CONTRATANTE**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

---

**NOME (RG)**

---

**NOME (RG)**